



ATA 04/2019 - PLENÁRIA DO CEDCA/SC

25 DE ABRIL DE 2019

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezenove, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (CEDCA/SC) reuniu-se em Assembléia Ordinária, as treze horas e trinta minutos (13h30min), na sala de reuniões da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST, com a presença dos seguintes Conselheiros: Governamentais: Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST: Fabiani Lima, Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM: Cleber Paes Alves, Secretaria da Educação – SED/FCEE: Viviane Silva da Rosa, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SJC: Zeno Augusto Tressoldi e Simone Rocha da Silva, Secretaria de Estado da Saúde – SES: Halei Cruz, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP: Antonio Brito (Polícia Civil), e Não Governamentais: Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT: Graziela C. L. Damacena Gabriel, Associação Espaço Alternativo – AEA: Michele Fortunato Hipólito, Bairro da Juventude Padres Rogacionistas – BJPR: Jaime Rodolfo Navarro Soto, Centro de Direitos Humanos e Cidadania – CDHC: Maria Odete Costa, Comunidade Terapêutica Casa da Restauração – CTCR: Fabiana Anacleto Manoel, Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil – FCPFVESIJ: Rosely Steil e Lizandra Vaz Salvadori, Organização Mundial de Educação Pré - Escolar - OMEP-BR-SC: Elaine Paes e Lima. Também estavam presentes, a Adolescente Victória Lugros Meier e o Promotor Dr. João Luiz de Carvalho Botega. A Coordenadora Geral do CEDCA/SC, Sra. Elaine Paes e Lima promoveu a abertura dos trabalhos, solicitou que todos se apresentassem, após colocou a pauta em votação, sendo a mesma aprovada, por unanimidade. A Secretária Executiva apresentou as justificativas de ausência: SSP/PM, CCEA, COMBEMTU, IPR e OCS. Passou-se ao momento de aprovação das atas dos meses de setembro, outubro e novembro de 2018, bem como as atas dos meses de janeiro, fevereiro e março do corrente ano, sendo as mesmas aprovadas e assinadas pelos presentes. Na oportunidade a Coordenadora Geral do Conselho esclareceu que, considerando o acúmulo de trabalho deste Conselho Estadual, bem como que o Conselho conta com apenas uma funcionária que é Secretária Executiva, que é humana e que também possui limitações e, se não houver a colaboração de todos os conselheiros, fica humanamente impossível toda a demanda ser trabalhada com êxito. Ressaltou também que as Secretárias da Mesa Coordenadora do Conselho têm contribuído, mas que no momento a Secretária Maria Aparecida (Cida), membro Titular pela Secretaria de Estado da Saúde, se encontra em Licença de tratamento de saúde, bem como a Secretária Graziela, vem contribuindo na medida do possível, considerando todo o seu trabalho frente aos Conselhos Tutelares no território catarinense. Quebrando o protocolo da pauta, o Conselheiro Zeno da SJC/DEASE falou sobre situação envolvendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tubarão (CMDCA), bem como o Conselho Tutelar que acataram orientação da justiça local, para a internação de um adolescente no CASE mesmo que este não tenha praticado ato infracional, justificando a sentença alegando de que o mesmo não possui família e não teria onde morar. Na oportunidade propôs que o CEDCA promova formação aos CMDCA e CTs sobre como funcionam os Centros de Atendimento do Sistema Socioeducativo (CASEs e CASEPs) e os internamentos, ressaltando que o



51 acolhimento (política pública) é diferente de internação nas unidades. O Conselheiro
52 Zeno ressaltou sobre o perfil do adolescente terrorista (enfatizando que estes se
53 multiplicaram depois do atentado numa escola em São Paulo), alegando que as
54 unidades do socioeducativo não estão preparadas para atendê-los, pois estes se
55 preparavam para suicidar-se após os atentados. Dessa forma, solicitou apoio deste
56 Conselho para articular ações com parcerias entre secretarias de Estado,
57 Universidades e Escola de Conselhos/CEDCA/SC, para estudar a situação e
58 preparar as instituições que atendem este público". A Conselheira Viviane sugeriu de
59 a Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e Formação venha pensar em
60 formações nas escolas destacando que muitos são os relatos de crianças e
61 adolescentes se automutilando nas unidades escolares. Esta enviará aos
62 Conselheiros (as) o link da SED – Secretaria de Estado da Educação – Política de
63 Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola onde se
64 encontram materiais de apoio a estas demandas. A Conselheira Elaine destacou
65 que o Plano Decenal Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes já
66 trata de todas essas violências, bem como o estabelecimento de metas ações
67 considerando a referida temática com crianças e adolescentes em todas as
68 instituições educacionais no Estado. O Conselheiro Zeno informou que no mês de
69 julho o Departamento de Administração Socioeducativo – DEASE/SJC realizará o
70 PNAISARI - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em
71 Conflito com a Lei, sobre saúde mental com a presença de Giovane que é um
72 grande especialista nesta temática e que os Conselheiros (as) serão convidados a
73 participar. A Conselheira Rosely também informou que o Forum Catarinense de Fim
74 da Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil o qual esta preside, está
75 organizando um Seminário Estadual, tratando sobre as temáticas de crimes
76 cibernéticos e pedofilia na internet com a presença de Ivan Castilho, um grande
77 estudioso nesta área e que o CEDCA também será convidado. A Conselheira Elaine
78 recomendou que a Comissão do Socioeducativo reavaliasse o Plano Estadual
79 Decenal do Sistema Socioeducativo, inclusive acrescentando ações sobre a saúde
80 mental das crianças e adolescentes. Dando continuidade à pauta, a Conselheira
81 Graziela ressaltou sobre a importância e emergência a realização do Encontro
82 Estadual de Formação Continuada, Avaliação e Monitoramento, para os
83 Multiplicadores Regionais do SIPIA CT (Sistema Para Infância e Adolescência,
84 Módulo Conselho Tutelar), com a participação dos Conselheiros Estaduais do
85 CEDCA, membros do Comitê Gestor do SIPIA/CT, com a Coordenação e Assessoria
86 da Escola de Conselhos/CEDCA/SC, considerando que este formato é pioneiro no
87 Brasil (com apoio irrestrito do CONANDA) o qual é referência Nacional, servindo de
88 embasamento para a criação deste Comitê Gestor nos demais Estados,
89 considerando que este sistema agora é de responsabilidade dos Conselhos
90 Estaduais, conforme as Resoluções do CONANDA: 178 de 15 de setembro de 2016
91 e nº 112, de 27 de março de 2006, as quais estabelecem os parâmetros e
92 recomendações para a implantação, implementação e monitoramento do Sistema de
93 Informação para a Infância e Adolescência nos Estados. O referido Encontro ficou
94 pré-agendado para os dias 11 e 12 de junho de 2019. A Conselheira Graziela
95 ressaltou ainda sobre a importância da continuidade dos Encontros Mesorregionais
96 para CTs e CMDCA's sobre o SIPIA CT. Na oportunidade apresentou o cronograma
97 com as datas para realização dos seis encontros faltantes (considerando as metas
98 do Comitê Gestor do SIPIA CT), uma vez que este Comitê aguardava o novo
99 formato para processo de licitação, considerando o Termo de Referência da SST,
100 que orientará para todas as demais ações a serem realizados por este Conselho.



101 Novas datas agendadas: Pólo de Laguna, dias 02 e 03 de julho de 2019, envolvendo
102 as Associações de Municípios: AMESC, AMREC e AMUREL; Pólo de Itajaí, dias 09
103 e 10 de julho de 2019, envolvendo a Associação de Municípios: AMMVI; Pólo de
104 Jaraguá do Sul, dias 23 e 24 de julho de 2019, envolvendo as Associações de
105 Municípios: AMUNESC e AMVALI; Pólo de São José, dias 30 e 31 de julho de 2019,
106 envolvendo a Associação de Municípios da GRANDFPOLIS; Pólo de Rio do Sul,
107 dias 06 e 07 de agosto, envolvendo a Associação de Municípios: AMAVI; Pólo de
108 Treze Tílias, dias 13 e 14 de agosto de 2019, envolvendo as Associações de
109 Municípios: AMAI, AMMOC, AMAUC e AMPLASC. Sobre o Colóquio Estadual
110 “Construindo A Política Estadual Decenal Dos Direitos Humanos De Crianças e
111 Adolescentes de Santa Catarina” ocorrido em 04 de abril no auditório do MPSC, a
112 Coordenadora Geral deixou em aberto para que os Conselheiros manifestassem seu
113 ponto de vista, dos quais todos que participaram foram unânimes em relatar sobre o
114 êxito na organização e metodologia que deu celeridade e fluidez nas apresentações,
115 destacando também sobre a presença da Secretária da SST, Senhora Maria Elisa
116 de Caro, durante todo o evento, quando na oportunidade, destacou sobre a
117 apresentação deste diagnóstico que coroa muitos anos de luta do Conselho
118 Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CEDCA) e da Diretoria dos
119 Direitos Humanos da SST, e acredita que agora é o momento de ação efetiva,
120 destacando que “este sonho tem mais de cinco anos, batalhamos muito para chegar
121 neste patamar, o dia de hoje é inesquecível e vamos ter muito trabalho ainda pela
122 frente, agora, com dados e informações que vão contribuir para a construção de
123 políticas públicas diferenciadas”. A Coordenadora Geral do CEDCA, Elaine Paes e
124 Lima considerou a participação da sociedade como o grande desafio no Colóquio,
125 lembrando que a Secretária está no processo de construção deste projeto desde o
126 início e pediu apoio de todos os envolvidos para que a proposta não seja apenas no
127 papel, mas que se transforme em lei estadual, enquanto Política de Estado, não de
128 Governo. Ressaltou sobre a participação dos representantes da GETIN (Anderson e
129 Johnny que foram excelentes na garantia de funcionamento dos aparelhos
130 audiovisuais) e da COJUR, na pessoa Consultora Jurídico Dr^a Patricia Dziedicz, que
131 apresentou todas as informações sobre como acontecerá a “Consulta Pública” desta
132 proposta. Na oportunidade destacando também a participação da Professora Dra.
133 Carla Bressan do NECAD/UFSC (assessora voluntariamente o Forum DCA na
134 política da criança e do adolescente) e também membro da Escola de Conselhos do
135 CEDCA, juntamente às Universidades: Fronteira Sul e UDESC, o qual deu
136 visibilidade ao processo de construção dessa proposta da Política Estadual dos
137 Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do Plano Estadual Decenal dos
138 direitos Humanos de Criança e Adolescentes, bem como a presença do Ministério
139 Público de Santa Catarina, através do Promotor de Justiça Dr. João Luz de Carvalho
140 Botega que é Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da
141 Juventude – CIJ e do Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Titular da
142 Promotoria de Justiça da Capital, Dr. Daniel Paladino, como também a participação
143 do Presidente da Comissão Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente
144 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), o Deputado Estadual Sérgio
145 Motta. Destaca-se também que o referido Colóquio foi transmitido ao vivo pelo you
146 tube, no canal da SST, e que ainda pode ser visto no endereço a seguir,
147 demonstrando seriedade de mais esta ação do CEDCA/SC:
148 <https://www.youtube.com/watch?v=WRGexAwzBYE&t=1362s>. A Conselheira Elaine
149 também destacou como chave de ouro, a Mesa Redonda com a participação dos
150 Conselheiros e das Conselheiras Estaduais do CEDCA, que apresentaram



151 democraticamente a proposta, com muita clareza e propriedade, dando visibilidade
152 ao processo de construção demonstrando a participação efetiva de todos os
153 Conselheiros. Na oportunidade foi destacada a apresentação feita pela Diretora
154 Executiva da Empresa Painel Instituto de Pesquisa, Ermelinda Uber Januário, o qual
155 na oportunidade, apresenta o documento com 73 indicadores, tem o registro de
156 1.311 entrevistas realizadas com adolescentes de 12 a 17 anos, em pesquisa
157 declaratória, com margem de erro de 2,7%, num diagnóstico que rastreou a
158 percepção sobre temas como convivência familiar, educação, hábitos,
159 comportamentos, drogas, sexualidade e outros pertinentes à infância e juventude. A
160 Coordenadora Geral lembrou que o desafio agora é a construção dos Planos
161 Setoriais, para lançamento na XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do
162 Adolescente. Sendo assim, a coordenadora propõe reunião da Comissão
163 Intersetorial para o dia 07 de maio, para constituição dos grupos de trabalho dar
164 início à construção dos referidos Planos Setoriais, sendo a referida proposta
165 aprovada por unanimidade. Mais um ponto de pauta, apresentação - NISA e do
166 Termo de Cooperação do NISA, com Dr. João Luiz de Carvalho Botega – MPSC,
167 objetivando firmar um termo de compromisso com instituições diretamente ligadas às
168 políticas de proteção para materializar as parcerias num documento próprio. Dr.
169 João apresentou a campanha (denúncia através do Disque 100) que já está no site
170 do MPSC, destacando que as agressões deixam marcas que duram por muito tempo,
171 por isso, a denúncia de qualquer tipo de violência, seja física, sexual ou moral, pode
172 salvar e mudar muitas vidas, salientando sobre a importância e extrema urgência do
173 trabalho em rede, envolvendo todas as ferramentas municipais e estaduais: “o NISA
174 (que por si só não dá conta da demanda) pretende mobilizar e fortalecer os
175 profissionais da rede, por meio da produção de conhecimentos e da troca de
176 experiências”. A metodologia utilizada é, a partir das demandas identificadas em
177 cada município, o núcleo prevê a criação de grupos de trabalho para promover a
178 discussão e a elaboração de estratégias, os quais, juntos, formam uma célula NISA.
179 Essas células são configuradas conforme a realidade local, respeitando a autonomia
180 dos participantes e preservando a direção social do programa. Falou sobre as
181 perspectivas do NISA: Direção Social - seguir os princípios e as diretrizes da
182 doutrina da proteção integral estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente
183 e Direção Metodológica - propor a criação de espaços intersetoriais e em rede para
184 a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta. As possíveis
185 configurações do NISA nos municípios de pequeno e médio porte, os grupos de
186 trabalho (GTs) formam-se a partir das demandas localmente apresentadas e se
187 desfazem quando as demandas são solucionadas ou transformadas, já nos
188 municípios de médio e grande porte, é facultado aos GTs deliberarem sobre a forma
189 de organização e a divisão dos territórios onde cada célula NISA contará com uma
190 coordenação e a quantidade de GTs dependerá das demandas e das prioridades.
191 Destaca que o papel do CEDCA é incluir nas ações do Comitê Gestor do SIPIA CT,
192 e incentivar os CMDCA's para a participarem ativamente da criação e ação dos
193 comitês regionais / locais do NISA, sendo a proposta aprovada por unanimidade. A
194 Conselheira Graziela apresentou deliberação do FORUM DCA sobre a recondução
195 da Sociedade Civil neste Conselho Estadual por mais um ano, ou seja, até abril de
196 2020, quando acontecerá novo processo de eleição e, considerando o processo de
197 alteração da representação Governamental no Conselho, bem como toda a
198 demanda das ações do Conselho previstas para a continuidade no corrente ano, o
199 Colegiado do Fórum DCA/SC composto pelas Instituições que representam a
200 Sociedade Civil Catarinense, firmando o seu compromisso maior com a Política



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DCA/SC)

Lei Estadual N.º 12.536, de 19/12/02; Decreto Regimento Interno N.º 802, de 12/04/96

201 Estadual da Criança e do Adolescente, para que todo o processo de construção das
202 ações do Conselho informou que decidiu pela prorrogação do referido mandato, com
203 o compromisso da continuidade das ações e informou a indicação da Conselheira
204 Elaine como Coordenadora Adjunta e da Conselheira Graziela como segunda
205 secretária, conforme aprovado em reunião do Fórum. Na oportunidade a
206 Coordenadora Geral, ressalta o compromisso dos Conselheiros Governamentais em
207 se reunir para indicar o (a) Coordenador (a) Geral e primeira (o) Secretária (o),
208 processo este de mudança na Plenária do mês de maio. Sobre a XI Conferência
209 Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (Comissão
210 Organizadora), as Conselheiras Lizandra, Rosely e Viviane solicitaram que a
211 secretária executiva Lidia promova agenda com a Secretária da SST para discutir
212 sobre a realização desta. Momento das COMISSÕES: A Comissão de Orçamento e
213 Finanças informou que acontecerá uma Roda de Conversa sobre o FIA, com a
214 presença do Senhor Tadeu Pedro Vieira do Conselho Regional de Contabilidade –
215 CRC/TCE, que assessora o CEDCA voluntariamente, para o dia 13 de maio, na SST,
216 onde os membros desta comissão e demais conselheiros (as) estaduais do CEDCA
217 são convocados a participarem; na oportunidade é ressaltado também sobre a
218 Comissão de Seleção para o Edital de Fomento (avaliação e controle) destacando
219 que a mesma já foi constituída e a Resolução será enviada para a publicação no
220 DOE. Comissão Intersetorial para Construção da Política Estadual Decenal e do
221 Plano Estadual Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes reforçou
222 agenda para o dia 07 de maio; Comissão do Socioeducativo, deliberou que se
223 reunirá sempre na primeira segunda feira de cada mês, já agendando para o dia 06
224 de maio, bem como extraordinariamente considerando as demandas urgentes
225 relacionadas a inscrição dos programas dos CASEs e CASEPs no CEDCA, bem
226 como a Avaliação, implementação do Plano Estadual Decenal do Sistema
227 Socioeducativo (2015-2025). Após as manifestações das Comissões, foi realizada a
228 recomposição das Comissões Permanentes do Conselho, introduzindo os novos
229 Conselheiros Governamentais indicados pelos novos Secretários de Governo, bem
230 como o cronograma das ações das mesmas. Nada mais havendo a tratar, encerrou-
231 se a presente sessão, da qual foi lavrada a Ata que, após lida e aprovada, será
232 impressa e assinada pelos presentes.